

- Barramento - Afluente do Córrego do Pium - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°28'25.270") - Longitude O (46°15'32.250") - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20210007314-QL3.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte/ n. 117 de 13/07/2022.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte, de 13 / 7 / 2022

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: A & A Associados Empreendimentos Imobiliários EIRELI

- CPF/CNPJ: 15.707.537/0001-63

- Município: Cruzeiro

- Processo DAEE: 9610349

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Lançamento Superficial - Ribeirão da Água Limpa - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°33'12.585") - Longitude O (44°56'7.124") - Vazão Máxima Instantânea 12,25 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 294,00 m³ - Período 24h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220006188-DKQ.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte/ n. 119 de 13/07/2022.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte, de 13 / 7 / 2022

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: Marilene Alves Paulino Barreto

- CPF/CNPJ: 063.202.898-05

- Município: Igaratá

- Processo DAEE: 9610360

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Captação Superficial - Represa de Jaguarí - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°13'22.000") - Longitude O (46°5'8.500") - Vazão Máxima Instantânea 1,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 24,00 m³ - Período 24h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220009084-Z12.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte/ n. 118 de 13/07/2022.

DIRETORIA DA BACIA DO PARDO GRANDE

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Pardo Grande, de 12 / 7 / 2022

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: Emar José Scaloppi

- CPF/CNPJ: 223.701.618-68- Localização: Condomínio Residencial Primavera

- Município: Jardínópolis

- Processo DAEE: 9316217

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°1'53.230") - Longitude O (47°46'15.300") - Volume Diário: 220,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220011348-DQZ.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Pardo Grande/ n. 248/2022.

DIRETORIA DA BACIA DO RIBEIRA E LITORAL SUL

Despacho da Diretoria de Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, de 13/07/2022.

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE nº1.630 e nº1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Braz Batista Domingues, CPF 046.920.168-17 e do parecer técnico contido no Processo DAEE nº9502571, declaramos dispensado de outorga o uso e a interferência, localizada no município de Piedade, conforme abaixo:

- Reservatório de Acumulação - Afluente Rio do Peixe - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°53'20.620") - Longitude O (47°24'13.260") - Prazo indeterminado; solicitado pelo Requerimento 20220017185-POP. Extrato DDO Diretoria de Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul nº049/2022.

Despacho da Diretoria de Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, de 04/07/2022

Informe de Indeferimento

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE nº1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no Processo DAEE nº 9502570, fica indeferido o seguinte requerimento em nome de Reginaldo da Veiga, CNPJ nº13.494.721/0001-47, do Município de Pariqueira-Açu:

- Captação Superficial - sem nome - Coord. Geográfica(s) Latitude S (24°36'24.840") - Longitude O (47°47'9.420") - Vazão Máxima Instantânea 2,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 12,00 m³ - Período 6h /dia - Prazo indeterminado; solicitado pelo Requerimento 20220016766-YNX. Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul nº029/2022.

DIRETORIA DE BACIA DO TURVO GRANDE

Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 13/7/2022

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Uilson Ribeiro de Souza, CPF/CNPJ 378.755.662-15 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9210305, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Votuporanga, conforme abaixo:

- Captação Superficial - SNA1 do Córrego Carvalho ou Cachoeirinha - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°28'43.859") - Longitude O (50°1'13.143") - Vazão Máxima Instantânea 1,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 3,00 m³ - Período 3h/dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220017749-5B5.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Turvo Grande n. 173/2022

Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 14/7/2022

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por João Luis Raymundo SJ do Rio Preto - ME, CPF/CNPJ 01.197.360/0001-98 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9210282, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de São José Do Rio Preto, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°44'38.614") - Longitude O (49°21'23.911") - Volume Diário: 12,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220002221-U5C.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Turvo Grande n. 174/2022

Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 13/07/2022

Declaração Sobre Viabilidade de Implantação de Empreendimento

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1.630, de 30/05/2017, as declarações e as informações, apresentado por José Pereira da Costa, CPF/CNPJ 133.415.048-69, na Diretoria de

Bacia do Turvo Grande, declaramos viável a concepção da interferência em recurso hídrico do empreendimento que a demanda, com a finalidade de saneamento, no Loteamento Residencial Califórnia, Estrada Municipal CDL 453, localizado no município de Cedral, conforme abaixo:

- Lançamento Superficial - Rio Preto - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°54'34.490") - Longitude O (49°17'56.770") - Vazão Máxima Instantânea 36,66 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 879,84 m³ - Período 24h/dia - Prazo 24 meses; Solicitado pelo Requerimento 20220017115-3R7. Processo DAEE 9207261 - Extrato DVI 069/2022.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESCRENCIAMENTO DE AGENTE

A Diretora-Presidente da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regulamentares, na conformidade da Norma Administrativa – NA 025 – Credenciamento de Agente, DESCREDENCIA, a empregada JADNA BELTRAME LEMOS, R.G. nº 63.338.758-7, Registro funcional nº 7136, credencial de nº 279, da categoria de Agente de Apoio à Fiscalização e Licenciamento de Fontes de Poluição, Recursos Naturais e Áreas Ambientalmente Protegidas.

Retificação 07

Retificação do DO de 14 de julho de 2022

No comunicado referente ao Processo nº 154/2022 (0885177/2021-33), referente ao TERMO DE REFERÊNCIA 12/2022 para MINERAÇÃO NOROESTE PAULISTA LTDA., onde se lê: "Parecer Técnico nº 153/22/IE, de 07/07/2022", leia-se: "Parecer Técnico nº 191/22/IE, de 07/07/2022".

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

Despacho da Procuradora do Estado, Assessora Chefe da Assessoria Jurídica do Gabinete da Procuradoria Geral do Estado, de 14.07.2022

PROCESSO:DGP-8994/2011-SSP, Vols. I ao XVII (SG-315972/2020). Sobre pedido de vista. Fica deferida vista do processo em referência ao interessado Accácio Rangel de França Neto, através de sua advogada, Dra. Bruna Rangel Barbosa, OAB/SP nº 417.280, por 10 (dez) dias, no interior do Palácio do Governo, Av. Morumbi, nº 4.500, Centro de Protocolo e Expedição, sala 23, térreo, nos termos da Lei federal nº 8.906, de 4.7.1994, art. 7º, inciso XIII, alterada pela Lei federal nº 14.365, de 2 de junho de 2022, facultada a extração de cópias reprográficas das peças indicadas mediante o recolhimento das respectivas taxas ou a retirada dos autos pelo prazo de 7 (sete) dias, conforme a Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1998, artigo 32, VI, e Lei federal nº 8.906, artigo 7º, inciso XV.

PROCESSO: SFP-8022-51873/2015, Vols. I ao XVII (SG-641003/2022) - (Pen Drive encartado às fls. 2270 (vol. XII), Vol. VII mídia encartada às fls. 1323 e Vol. II mídia encartada às fls. 316). Fica deferida vista do processo em referência ao interessado Sidney Sanchez de Simone, através de seu advogado, Dr. Gabriel Santiago Haramoto, OAB/SP nº 404.753, por 10 (dez) dias, no interior do Palácio do Governo, Av. Morumbi, nº 4.500, Centro de Protocolo e Expedição, sala 23, térreo, nos termos da Lei federal nº 8.906, de 4.7.1994, art. 7º, inciso XIII, alterada pela Lei federal nº 14.365, de 2 de junho de 2022, facultada a extração de cópias reprográficas das peças indicadas mediante o recolhimento das respectivas taxas ou a retirada dos autos pelo prazo de 7 (sete) dias, conforme a Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1998, artigo 32, VI, e Lei federal nº 8.906, artigo 7º, inciso XV.

PROCESSO: SAP-1202315/2021, Vols. I e II - Mídia encartada às fls. 191 - Fica deferida vista do processo em referência ao interessado Leandro Baptista Sampaio, através de seu advogado, Dr. Marcelo Jorge Ferreira, OAB/SP nº 218.968, por 10 (dez) dias, no interior do Palácio do Governo, Av. Morumbi, nº 4.500, Centro de Protocolo e Expedição, sala 23, térreo, nos termos da Lei federal nº 8.906, de 4.7.1994, art. 7º, inciso XIII, alterada pela Lei federal nº 14.365, de 2 de junho de 2022, facultada a extração de cópias reprográficas das peças indicadas mediante o recolhimento das respectivas taxas ou a retirada dos autos pelo prazo de 7 (sete) dias, conforme a Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1998, artigo 32, VI, e Lei federal nº 8.906, artigo 7º, inciso XV.

PROCESSO: SES-546524/2021 - Fica deferida vista do processo em referência ao interessado Victor dos Santos Castro Filho, através de seu advogado, Dr. Luiz Henrique Alves Bertoldi, OAB/SP nº 247.472, por 10 (dez) dias, no interior do Palácio do Governo, Av. Morumbi, nº 4.500, Centro de Protocolo e Expedição, sala 23, térreo, nos termos da Lei federal nº 8.906, de 4.7.1994, art. 7º, inciso XIII, alterada pela Lei federal nº 14.365, de 2 de junho de 2022, facultada a extração de cópias reprográficas das peças indicadas mediante o recolhimento das respectivas taxas ou a retirada dos autos pelo prazo de 7 (sete) dias, conforme a Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1998, artigo 32, VI, e Lei federal nº 8.906, artigo 7º, inciso XV.

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PAUTA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2021/2022

DATA DA REALIZAÇÃO: 19/07/2022

HORÁRIO 9h

A 33ª Sessão Ordinária do Egrégio Conselho da Procuradoria Geral do Estado será realizada presencialmente, na sala de sessões do Conselho, localizada na Rua Pamplona, nº 227, 1º andar, Bela Vista, São Paulo/Capital e o link de acesso para acompanhamento ao vivo da sessão ficará disponível na Área Restrita do Site da PGE.

HORA DO EXPEDIENTE

I- COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

II- RELATOS DA SECRETARIA

III- MOMENTO DO PROCURADOR

IV- MOMENTO VIRTUAL DO PROCURADOR

V- MOMENTO DO SERVIDOR

VI- MANIFESTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE ASSUNTOS DIVERSOS

VII- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE MATÉRIA QUE DISPENSE PROCESSAMENTO

ORDEM DO DIA

Processo: GDOC 18575-227157/2019

Interessado: Conselho da Procuradoria Geral do Estado

Assunto: Procedimento de Alteração de Classificação a Pedido – Concurso de Remoção (Artigo 103, § 3º e 15, incisos IV e V da LOPGE).

1

CENTRO DE ESTUDOS

Portaria Centro de Estudos - ESPGE nº CE 004/2022, de 13 de julho de 2022.

Designar Coordenadores e Professores Assistentes dos cursos Pós-graduação em Direito do Estado - Turma 2021/2022 - Pós-graduação em Advocacia Pública - Turma 2022/2023 - Pós-graduação em Direito Digital e Inovação Tecnológica - Turma 2022/2023

O Chefe do Centro de Estudos e Diretor da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Escola Superior da PGE.

Considerando o início das aulas do 2º Semestre de 2022 resolve:

Artigo 1º Designar como Coordenadores do curso Pós-Graduação em Direito do Estado - Turma 2021/2022:

André Luiz dos Santos Nakamura

Christiane Mina Falsarella

Julia Maria Plenamente Silva

Artigo 2º Designar como Coordenadores do curso Pós-Graduação em Advocacia Pública - Turma 2022/2023:

Carlos José Teixeira de Toledo

Juliana Campolina Rebelo Horta

Luiz Fernando Roberto

Artigo 3º Designar como Professores Assistentes para o 2º Semestre de 2022 do curso Pós-graduação em Advocacia Pública - Turma 2022/2023:

Fábio André Uema Oliveira

Fabrício Contato Lopes Resende

Haroldo Pereira

Júlia Maria Plenamente Silva

Lucas Pessoa Moreira

COMUNICADO

A Procuradora Chefe do Centro de Estudos – Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado COMUNICA aos Procuradores do Estado que estão abertas as inscrições para o Curso de Extensão em “Advocacia Pública e o Direito Público”, a ser realizado pela Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado.

O curso será realizado no período de 01 de agosto de 2022 a 28 de novembro de 2022, às segundas e quartas-feiras, das 8h às 12h15, com 120 horas-aula, conforme programação inicial abaixo, e são disponibilizadas aos Procuradores do Estado 15 (quinze) vagas presenciais e 20 (vinte) vagas via “streaming”

As aulas serão realizadas na Sala de Aula da ESPGE, localizada na Rua Pamplona, 227 – 2º andar, Bela Vista, São Paulo/SP.

O curso é integrado com a especialização em Advocacia Pública – Turma 2022/2023, correspondendo ao seu módulo III.

Para obtenção do Certificado de Extensão Universitária, o aluno deverá ter, no mínimo, 75% de frequência e cumprir com as atividades de avaliação do curso, obtendo nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Os pedidos de inscrição deverão ser encaminhados ao Serviço de Aperfeiçoamento do CE, até o dia 28 de julho, às 14h30, por meio do sistema informatizado, acessível na área restrita do site da ESPGE/SP, Consulta Cursos.

Caso o número de interessados supere o número de vagas disponíveis, será procedida a escolha por sorteio, que será realizado por meio do sistema eletrônico, às 16h30 de 28/07/2022.

PROGRAMAÇÃO

Temas	Data
Direito administrativo contemporâneo. Do Ato administrativo à centralidade do processo na atuação administrativa;	
Poder de polícia: origem, denominação, evolução histórica, características, delegabilidade, controle.	01/08
Apresentação do curso: estrutura (eixos: relação Administração-administrado; licitações, contratação pública, Direito Administrativo Econômico, Controle Administração e Servidores Públicos), enfoque pedagógico; participação do aluno;	
Aula Prática - Acordos substitutivos e integrativos da sanção administrativa decorrente do poder de polícia.	03/08
Responsabilidade Civil do Estado: tipos, fundamentos e pressupostos. Excludentes da responsabilidade civil;	
Aula Prática: Responsabilidade civil do Estado. O direito de regresso.	08/08
Principais teses defensivas em matéria de responsabilidade civil do Estado	
Aula Prática - Teses defensivas em matéria de responsabilidade civil do Estado.	
Lei federal nº 14.133/2021(Nova Lei de Licitações). Aula introdutória;	10/08
Fase preparatória da licitação no regime da Lei federal nº 14.133/2021.	
Os critérios de julgamento nas licitações regidas pela Lei federal nº 14.133/2021;	15/08
Modalidades de licitação previstos na Lei federal nº 14.133/2021. O diálogo competitivo.	17/08
Contratação direta. Dispensa de licitação e inexigibilidade;	
Aula prática. - Contratação direta. Dispensa de licitação e inexigibilidade.	22/08
Os regimes de execução das obras e serviços de engenharia na Lei federal nº 14.133/2021;	
As garantias nas licitações na Lei federal nº 14.133/2021.	24/08
Regime jurídico-administrativo da contratação pública. Constitucionalização do Direito Administrativo: novo paradigma;	
Princípios contratuais aplicáveis à Administração Pública.	29/08
O regime jurídico da modificação dos contratos administrativos	
Matriz de risco nos contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.	31/08
Controle de resultados em ajustes do Poder Público;	
Aula Prática - Controle de resultados em ajustes do Poder Público.	05/09
Concessão, permissão e autorização de serviço público;	
Contratos de concessão: política tarifária, transferência das concessões e step in rights.	12/09
Parcerias público-privadas: concessão patrocinada e concessão administrativa;	
Métodos alternativos de resolução de conflitos nas Parcerias Público Privadas.	14/09
Serviço público e a modificação de suas matrizes clássicas;	
Intervenção do Estado no domínio econômico. Pressupostos constitucionais.	19/09
Atividade Administrativa de Fomento;	
Estado-empresário.	21/09
O estatuto jurídico da empresa pública (Lei federal nº 13.303/16);	
O regime das licitações na Lei federal nº 13.303/16	26/09
Conceito de regulação;	
Agências reguladoras: independência e poder normativo.	28/09
Análise de impacto regulatório;	
Regulação: privatização, desregulamentação e reforma do Estado.	03/10
Direito e novas tecnologias. Governo eletrônico e regulatory technology. Sandbox regulatório e o fomento às soluções inovadoras	
(Lei Complementar federal nº 182/2021);	
Instrumentos de cooperação vinculados à inovação.	05/10
Instrumentos de participação social na Administração Pública: aspectos gerais;	
Aula Prática - Consultas Públicas e Audiências Públicas.	10/10
Publicidade e Transparência. Lei de Acesso à Informação;	
Lei Geral de Proteção de Dados.	17/10
A responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública estabelecida pela Lei federal nº 12.846, de 01-08-2013 (lei anticorrupção);	
Sanções administrativas e civis da Lei federal nº 12.846/13.	19/10
Acordo de leniência disciplinado pelo artigo 16 da Lei federal nº 12.846/13;	
Aula Prática - A responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública estabelecida pela Lei federal nº 12.846, de 01-08-2013 (lei anticorrupção).	24/10
Atos de improbidade administrativa (Lei federal nº 8.429, de 02-06-1992);	
As sanções por atos de improbidade administrativa (Lei federal nº 8.429, de 02-06-1992	26/10
Advocacia pública na lei de improbidade administrativa;	
Aula Prática - Advocacia pública na lei de improbidade administrativa.	31/10
Agentes públicos. Servidores públicos. Cargo, emprego e função. Regimes jurídicos funcionais;	
Agentes públicos. Servidores públicos. Cargo, emprego e função. Regimes jurídicos funcionais.	07/11
Empregados em autarquias. Procedimento de seleção para a contratação de empregados em comissão;	
Contratação temporária.	09/11
Processo Administrativo Disciplinar;	
Reforma Administrativa Disciplinar.	21/11
Sistema remuneratório. Subsídios, vencimentos e vantagens;	23/11
Regime de previdência do servidor público	28/11
Prova Final	30/11

OBS. 1: A programação pode sofrer alterações, sem aviso prévio, de modo que é dever do aluno acompanhá-la semanalmente no site, menu requerimento.

Nos termos do inciso IV, art. 4º, da Resolução PGE 23/2020 e do art. 7º, inciso IV, da Resolução PGE 24/2020, não haverá pagamento de diárias e nem reembolso de transporte.

Transportes Metropolitanos

COORDENADORIA DE TRANSPORTE COLETIVO

DESPACHO DO COORDENADOR DE 14/07/2022

Com fundamento nas competências delegadas pelo artigo 1º, inciso II, letra “a”, da Resolução STM – 046, de 06.07.05, alteração de tabela horária e frota da linha metropolitana 025TRO, operada pelo Consórcio Unileste, manutenção das demais características operacionais contidas nas Ordens de Serviço Metropolitano vigentes.